

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1012977-65.2017.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Outros Procedimentos de Jurisdição Voluntária - Responsabilidade Civil</b>
Requerente:	<b>Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos</b>
Requerido:	<b>Debora Nadia de Oliveira</b>

**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO CARLOS** pediu a condenação de **DEBORA NADIA DE OLIVEIRA** ao pagamento de indenização pelos danos materiais causados. Alegou, para tanto, que no dia 03 de setembro de 2017 a ré estava acompanhando um familiar que era atendido na unidade quando, após exaltar-se com os funcionários que ali estavam, acabou quebrando o vidro do guichê de atendimento, evadindo-se, em seguida, do local.

Depositou-se em cartório uma mídia eletrônica.

A ré foi citada e não contestou o pedido.

A autora requereu a aplicação dos efeitos da revelia.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

À falta de contestação, presumem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (Código de Processo Civil, artigo 344). Ademais, as imagens gravadas pelo circuito de monitoramento eletrônico da autora confirmam que a ré quebrou o vidro do guichê de atendimento com um capacete, exurgindo, então, o seu dever de reparar o dano causado (art. 927 do Código Civil).

Quanto ao *quantum* indenizatório, prevalecerá o valor pleiteado pela autora, pois baseado em orçamento apresentado nos autos (fl. 45) que não foi impugnado pela parte contrária.

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno a ré a pagar para a autora a importância de R\$ 450,00, com correção monetária a partir da data do orçamento e juros moratórios contados do evento danoso (Súmula 54 do STJ), além das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios da patrona da autora fixados por equidade em R\$ 700,00.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 20 de fevereiro de 2018.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**